

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**

Sabrina Firmino de Melo

**ENFRENTAMENTO DA FOME DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19:
UM PERFIL DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS POR ORGANIZAÇÕES
SOCIOASSISTENCIAIS E DE AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

**Recife
2024**

SABRINA FIRMINO DE MELO

**Enfrentamento da fome durante a pandemia de Covid-19:
Um perfil das ações desenvolvidas por Organizações Socioassistenciais e de
Agricultura Familiar no estado de Pernambuco**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Nutrição da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito para a
obtenção do grau de nutricionista.

Orientador(a): Profa. Fernanda Cristina de Lima Pinto Tavares.

Coorientador(a): Profa. Juciany Medeiros Araújo.

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Melo, Sabrina Firmino de.

Enfrentamento da fome durante a pandemia de Covid-19: Um perfil das
ações desenvolvidas por Organizações Socioassistenciais e de Agricultura Familiar
no estado de Pernambuco / Sabrina Firmino de Melo. - Recife, 2024.

44 p. : il., tab.

Orientador(a): Fernanda Cristina de Lima Pinto Tavares

Coorientador(a): Juciany Medeiros Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências da Saúde, Nutrição - Bacharelado, 2024.

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Fome. 3. Agricultura Familiar. 4.
Doação de alimentos. 5. Organizações Socioassistenciais. I. Tavares, Fernanda
Cristina de Lima Pinto . (Orientação). II. Araújo, Juciany Medeiros.
(Coorientação). IV. Título.

610 CDD (22.ed.)

SABRINA FIRMINO DE MELO

**ENFRENTAMENTO DA FOME DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19:
UM PERFIL DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS POR ORGANIZAÇÕES
SOCIOASSISTENCIAIS E DE AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Nutrição da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito para a
obtenção do grau de nutricionista.

Área de concentração:

Aprovada em: 22/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Poliana Coelho Cabral / UFPE

Profa. Dra. Leopoldina Augusta de Souza Sequeira de Andrade / UFPE

Prof. Dr. Pedro Israel Cabral de Lira / UFPE

DEDICATÓRIA

A Deus, cuja guia permeou a causa deste trabalho.

A Clayton, minha família, e aos demais parentes. Meu pilar de amor incondicional, que estiveram ao meu lado em cada desafio e vitória diariamente.

Aos meus amados professores, que iluminam não só o conhecimento, mas também minha jornada pessoal com um farol de amor extraordinário, que transcende os limites convencionais dos laços de sangue, especialmente durante os desafios enfrentados por alunos em situação de vulnerabilidade formados durante a pandemia de Covid-19.

À Claudionor Aragão, meu ancião que representa em seu nome os trabalhadores voluntários membros de ONGs, igrejas e demais instituições que, por um chamado do coração, dedicam suas vidas a ajudar os vulneráveis. Seus corações generosos e suas mãos estendidas me apresentaram desde a infância o melhor da humanidade, inspirando a causa que escolhi contribuir durante a minha breve vida terrena.

Expresso aqui a gratidão que sinto por partilhar a vida com cada um de vocês.

Com sincero carinho e admiração,

Sabrina Firmino de Melo

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso não teria sido possível sem o apoio e contribuição de diversas pessoas e instituições que gostaria de expressar minha profunda gratidão.

Primeiramente, à minha família pelo amor incondicional.

À minha orientadora, Fernanda Cristina de Lima Pinto Tavares, expresso minha admiração por sua carreira de trabalho e gratidão pelo tempo dedicado.

Em especial, à Reginaldo Xavier, presidente do Consea-PE, cuja contribuição foi fundamental para o sucesso da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável - PE. Sua dedicação em meio a desafios pessoais e de saúde é lembrada com profundo respeito e gratidão. Que sua memória continue a nos inspirar.

Aos colegas, Juliana Gonçalves Machado, Thalita Milena Araújo Xavier de Amorim, Iza Cristina de Vasconcelos Martins, Patrícia Nelly Alves Meira Menezes e Gilberto Pedro de Lima por dedicarem tempo e conhecimento no processo de pesquisa deste trabalho.

Aos professores e membros da banca examinadora, sou grata pela disposição em compartilhar seus conhecimentos e pela dedicação em avaliar este trabalho.

À instituição Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, especialmente ao Núcleo Pernambuco e ao Instituto Ibirapitanga pelo financiamento do estudo.

À Universidade Federal de Pernambuco, expresso minha sincera gratidão por proporcionar o ambiente acadêmico e os recursos necessários para a realização deste trabalho.

RESUMO

O estudo investigou as práticas de organizações socioassistenciais e de agricultura familiar em Pernambuco diante do aumento da fome durante a pandemia de Covid-19. Um inquérito foi conduzido para examinar a estrutura, processos de trabalho, ações e desafios de dois grupos de organizações: O primeiro grupo era composto por associações de agricultores familiares, enquanto o segundo agrupava organizações que estavam envolvidas na distribuição de alimentos/refeições para grupos vulneráveis, incluindo organizações que apoiavam a agricultura familiar. A seleção das organizações foi realizada por conveniência, com base em indicações de especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional, recomendações das próprias organizações entrevistadas e outras identificadas através de pesquisas na internet. Foram entrevistados representantes de 14 associações de agricultores familiares e 23 organizações de apoio à agricultura familiar e organizações socioassistenciais. Os resultados relacionados à agricultura familiar revelaram desafios em várias áreas, como falta de assistência técnica e planejamento de produção, uso preocupante de agrotóxicos, infraestrutura de armazenamento em condições críticas e quase inexistentes, logística de transporte ineficiente e limitados programas públicos de incentivo e orientação financeira. Isso resultou em baixa produção, muitas vezes utilizada apenas para subsistência diante do contexto pandêmico. Já em relação às ações de doações de alimentos/refeições, constatou-se que a quantidade de alimentos naturais, de origem vegetal ou animal, era baixa em comparação com alimentos processados e ultraprocessados. Além disso, enfrentam desafios como falta de recursos para mão de obra e transporte para arrecadação e distribuição de doações, alta demanda de assistidos, escassez de mão de obra voluntária e infraestrutura de armazenamento em condições precárias ou inexistentes.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Fome; Agricultura Familiar; Doação de alimentos; Organizações Socioassistenciais.

ABSTRACT

The study investigated the practices of socio-assistance organizations and family farming in Pernambuco in the face of increased hunger during the Covid-19 pandemic. An inquiry was conducted to examine the structure, work processes, actions, and challenges of two groups of organizations: The first group consisted of family farmer associations, while the second grouped organizations involved in food/meals distribution to vulnerable groups, including organizations supporting family farming. The selection of organizations was carried out by convenience, based on indications from experts in Food and Nutritional Security, recommendations from the interviewed organizations themselves, and others identified through internet searches. Representatives of 14 family farmer associations and 23 organizations supporting family farming and socio-assistance organizations were interviewed. The results related to family farming revealed challenges in various areas, such as lack of technical assistance and production planning, worrying use of pesticides, critical and almost non-existent storage infrastructure, inefficient transportation logistics, and limited public incentive programs and financial guidance. This resulted in low production, often used only for subsistence in the pandemic context. Regarding food/meals donations actions, it was found that the quantity of natural foods, of plant or animal origin, was low compared to processed and ultra-processed foods. In addition, they face challenges such as lack of resources for labor and transportation for collection and distribution of donations, high demand from recipients, shortage of volunteer labor, and storage infrastructure in precarious or non-existent conditions.

Keywords: Food and Nutritional Security; Hunger; Family Farming; Food Donation; Assistance Organizations.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1	Agricultura Familiar e Censo Agropecuário 2017.....	12
2.2	Organizações Socioassistenciais.....	13
2.3	Fome e insegurança alimentar no contexto da Pandemia de Covid-19....	14
2.4	Políticas públicas de apoio à AGRIFAM e SAN pós-pandemia.....	18
3	OBJETIVOS:.....	20
3.1	Objetivo Geral:.....	20
3.2	Objetivos Específicos:.....	20
4	METODOLOGIA.....	21
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	21
5.1	Associações de (AGRIFAM).....	22
5.2	Organizações socioassistenciais.....	25
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
6.1	Trabalhos futuros.....	34
	REFERÊNCIAS.....	35
	ANEXOS.....	40

1 INTRODUÇÃO

transcende as barreiras individuais e permeia as estruturas sociais, influenciando desde a saúde metabólica até questões mais amplas de equidade alimentar e desenvolvimento sustentável. Compreender a fome requer uma visão abrangente que conecta os aspectos biológicos, sociais e econômicos, desvendando uma teia complexa de interações que moldam não apenas as experiências individuais, mas também os desafios coletivos enfrentados pela sociedade. (De Castro, 1952).

No enfrentamento da fome, um importante papel é desempenhado pela agricultura familiar (AGRIFAM). Além de contribuir para a disponibilidade dos alimentos nas prateleiras e consequentemente para a diminuição no custo da cesta básica, ela também promove a conservação do meio ambiente e estimula a alimentação saudável livre de agrotóxicos, quando realizada de forma agroecológica, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável e ecológico (Araújo, 2019).

Composta por pequenos agricultores, incluindo extrativistas, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, entre outros grupos. A AGRIFAM é caracterizada pelo uso majoritário de mão de obra da própria família na produção, pela realização da gestão através da própria família e pelo uso predominante de recursos naturais disponíveis na propriedade (Lei nº 11.326/2006).

Outra frente importantíssima no combate à fome são as Organizações Socioassistenciais (Orgs. Socioassistenciais), definidas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), como entidades, instituições ou orgs. da sociedade civil que objetivam promover o bem-estar social e a assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social (Lei nº 8.742/1993). Essas orgs. atuam em diversas áreas, incluindo a garantia do direito humano à alimentação adequada que está implícita nos objetivos e princípios da assistência social estabelecidos pela LOAS, e que visa assegurar a proteção social e o acesso a condições mínimas de vida digna para todos os cidadãos.

A interação entre a AGRIFAM, as Orgs. Socioassistenciais e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) tornou-se ainda mais relevante no

contexto da pandemia de Covid-19. A crise sanitária e socioeconômica desencadeada pela Covid-19 exacerbou as vulnerabilidades existentes, aumentando o número de pessoas em situação de insegurança alimentar (IA) e agravando a fome em diversas comunidades. (FAO, 2020; Rede Penssan, 2022).

Os dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (II Vigisan) revelam um aumento significativo na IA grave no Brasil em 2021/2022, especialmente entre grupos vulneráveis da população, ressaltando a urgência de ações para lidar com a crise alimentar no país. Observa-se que a IA grave afetou de forma mais significativa os domicílios cuja pessoa de referência se identificava como preta ou parda em comparação com domicílios chefiados por pessoas brancas, enquanto as desigualdades de gênero também impactaram a segurança alimentar, evidenciando com uma maior prevalência de IA em domicílios onde as mulheres são a pessoa de referência em comparação com domicílios chefiados por homens a importância de considerar fatores como raça/cor, gênero e outras características socioeconômicas na formulação de políticas públicas para enfrentar esse desafio.

Baccarin *et al.* (2021) compararam o período do primeiro semestre de 2020, início da pandemia, com outros períodos anteriores. Seus estudos mostraram que a inflação do Brasil se acelera desde 2007, porém a inflação dos alimentos consumidos em domicílio teve um forte aumento no ano de 2020, por ocasião da pandemia e da limitação da livre circulação nas ruas durante esse período.

Diante desse cenário, compreender e analisar o trabalho da agricultura familiar e das ações desenvolvidas por Orgs. Socioassistenciais no enfrentamento da fome durante a pandemia é de suma importância, tendo em vista que o cenário observado nesse período é diferente dos demais observados em outros momentos.

O presente trabalho tem como objetivo avaliar o trabalho de associações de agricultura familiar e Orgs. Socioassistenciais do estado de Pernambuco no contexto de aumento da fome durante a pandemia da Covid-19, possibilitando contribuir para a identificação de estratégias eficazes e necessidades de aprimoramento do trabalho desses grupos e das políticas e práticas voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população pernambucana, especialmente em tempos de crise e incerteza como foi vivenciado no período da pandemia de Covid-19.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão abordadas algumas características da agricultura familiar, suas definições e relevância no contexto socioeconômico de Pernambuco. Também trata da condição nutricional e econômica da população no período da pandemia de Covid-19 e dos programas desenvolvidos para auxiliar no seu enfrentamento.

2.1 Agricultura Familiar e Censo Agropecuário 2017

A agricultura familiar (AGRIFAM) desempenha papel estratégico no enfrentamento da fome. Além de contribuir para a disponibilidade dos alimentos nas prateleiras e conseqüentemente para a diminuição no custo da cesta básica, ela também promove a conservação do meio ambiente e estimula a alimentação saudável livre de agrotóxicos, quando realizada de forma agroecológica, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável e ecológico (ARAÚJO, 2019).

Composta por pequenos agricultores, incluindo extrativistas, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, entre outros grupos, a AGRIFAM é caracterizada pelo uso majoritário de mão de obra da própria família na produção, pela realização da gestão através da própria família e pelo uso predominante de recursos naturais disponíveis na propriedade (Lei nº 11.326/2006).

Sob um olhar crítico aos resultados obtidos no censo agropecuário de 2017, Peixoto (2020) traz uma análise do provimento de leis atuantes e dos resultados obtidos pelos censos agropecuários de 1985, 1995, 2006 e 2017, e conclui que poucas dessas leis foram eficazes no fator de desenvolvimento sustentável da AGRIFAM, quando não são conciliados com a capacitação técnica sobre agricultura, para que essa comunidade se aproprie de conhecimentos fundamentais no planejamento e cultivo de terras.

O censo de 2017 revelou que 79,8% dos estabelecimentos afirmaram não ter recebido qualquer assistência técnica, seja pública ou privada. Esta situação é especialmente alarmante, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste, onde se encontram não apenas mais de 50% dos estabelecimentos agropecuários de AGRIFAM do país, mas também os maiores índices de falta de orientação técnica (IBGE, 2017).

Em Pernambuco, o Censo Agropecuário de 2017 revela a diminuição da população nativa rural e de unidades de famílias produtoras agrícolas, em contraposição ao crescimento econômico do setor agrícola na região do Nordeste, exposto pelo Caderno setorial ETENE-Banco do Nordeste (2019), que superou US\$11 bilhões em 2018, com transações no comércio exterior. Com superávit de cerca de US\$6 bilhões, a região apresentou o melhor crescimento no País à época, com alta de 25,4% em relação a 2017. Já em 2018, Pernambuco foi responsável por cerca de US\$268 milhões exportados e de US\$581 milhões importados de produtos agrícolas. Esses são dados que destacam a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável da AGRIFAM na região, garantindo seu fortalecimento e participação ativa no crescimento do setor agrícola do estado.

Ainda segundo o Censo 2017, observou-se uma convergência em produtividade entre a AGRIFAM e o agronegócio. Isso sugere aproximações entre os dois setores, possivelmente devido à melhoria do nível tecnológico e à maior integração ao mercado. Em Pernambuco, a produção de leite, ovos, banana e castanha de caju aparecem em destaque, sendo esses alimentos essenciais para a segurança alimentar e economia local. Esses resultados refletem o acerto das políticas públicas adotadas e a necessidade de continuidade para o fortalecimento e ajustes necessários.

Além desses fatores, o Censo 2017 destaca que a AGRIFAM enfrenta desafios relacionados ao acesso à terra. Muitos desses agricultores trabalham em áreas menores e, portanto, é importante promover políticas que facilitem o acesso à terra para esses produtores. Muitos ainda adotam práticas sustentáveis, como o uso de técnicas agroecológicas e a conservação dos recursos naturais, sendo uma importante fonte de geração de emprego e renda nas áreas rurais de Pernambuco e contribuindo para a fixação das famílias no campo e para o desenvolvimento econômico sustentável local.

2.2 Organizações Socioassistenciais

As organizações socioassistenciais são entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuam em áreas de interesse social, geralmente em parceria com a administração pública. Possuem como objetivo atender famílias, indivíduos ou grupos que estejam em alguma situação de vulnerabilidade social. Essas organizações foram essenciais na ajuda humanitária durante o período da

pandemia, porém de forma alguma ficaram imunes frente a grave crise que se instaurou no país. Boa parte das organizações, que atendem a população em diversos segmentos, apontou dificuldades para se manter, seja com a falta de doações, apoiadores financeiros ou voluntários para o trabalho (Caseff, 2020).

No âmbito da agricultura familiar e combate à fome, essas organizações foram cruciais na mitigação dos impactos da pandemia, trabalhando para garantir a segurança alimentar da população e a sustentabilidade econômica das cooperativas. Como exemplo, o movimento Ação da Cidadania, um dos maiores movimentos sociais de combate à fome no Brasil, completou 30 anos de existência durante o período da pandemia, tendo beneficiado mais de 3 mil entidades somente no ano de 2021 (Ação da Cidadania, 2023).

Durante a pandemia também foi criado o Movimento Mãos Solidárias, responsável pela entrega de aproximadamente 1,6 milhão de marmitas em Recife nos três primeiros anos de sua existência (Ação da Cidadania, 2023).

O Cozinhas Solidárias, um desdobramento do Mãos Solidárias, se tornou política pública, tendo sido integrado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2023. No contexto da pandemia, o Mãos Solidárias atuou além da temática da fome, tendo reunido um grupo de voluntários que, com parcerias como a Fiocruz-PE e UFPE, produziram máscaras e disponibilizaram pontos com chuveiros e banheiros para ajudar a população em situação de rua a evitar o contágio pela Covid-19.

De uma forma geral, as Orgs. Socioassistenciais desempenham um papel de extrema importância no enfrentamento das desigualdades sociais no Brasil, promovendo a cidadania e direitos, buscando identificar e tratar problemas sociais de forma a complementar diversas políticas públicas.

2.3 Fome e insegurança alimentar no contexto da Pandemia de Covid-19

A condição humana de fome é delimitada pelo consumo habitual de alimentos insuficiente para fornecer, em média, a quantidade de energia alimentar necessária para manter uma vida normal, ativa e saudável. (FAO, 2020).

A fome e a IA, principalmente no período da pandemia, foi um tema recorrente em boa parte da comunidade científica. Diversos autores têm contribuído com estudos e propostas para amenizar essa condição em todo mundo, seja

divulgando resultados de sucesso para que outros possam se inspirar, seja apontando dados da situação crítica da população durante e após esse período.

No entanto, essa condição humana não é específica do período de pandemia, especialmente no Brasil. Os autores em RIBEIRO-SILVA *et. al*, (2020) mostram que os riscos para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a fome dos brasileiros já vinham se apresentando desde 2016, sendo posteriormente aprofundados pela emergência da epidemia da Covid-19. No mundo, o relatório da ONU indicou que os números globais de fome aumentaram em 46 milhões de pessoas durante o ano de 2021, atingindo mais de 828 milhões de pessoas ao redor do mundo em 2022 (OMS, 2022).

Esse relatório mostrou que, depois de permanecer relativamente inalterado desde 2015, a proporção de pessoas afetadas pela fome saltou em 2020 e continuou a aumentar em 2021, para 9,8% da população mundial, em comparação com 8% em 2019 e 9,3% em 2020, mostrando também uma desigualdade de gênero da IA, atingindo cerca 32% das mulheres e 27,6% do homens, diferença que foi agravada no período da pandemia.

Outros estudos evidenciam disparidades sociais na resposta dos padrões alimentares à pandemia, indicando um aumento no consumo de frutas, hortaliças e feijão, que cresceu de 40,2% para 44,6%. Contudo, registou-se um incremento no consumo de alimentos ultra processados e industrializados entre os estratos populacionais com menor nível de instrução, sugerindo que esse aumento pode ser resultado da intensificação da publicidade durante este período (OLIVEIRA et al, 2021).

É importante destacar que os ultraprocessados favorecem doenças crônicas que também aumentam a letalidade da Covid-19, enquanto o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados fortalecem os mecanismos de defesa do organismo, indicando ser de fundamental importância tratar sobre nutrição e comportamento alimentar no contexto da pandemia (Daltoe, 2020).

O cenário de segurança alimentar no Brasil durante a pandemia foi investigado pelas I e II Inquérito Nacional sobre IA no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN), que identificaram um recorde de 19 milhões de brasileiros (9%) em IA grave (fome) em 2020, situação ainda mais agravada em 2021/2022, com 33,1 milhões de brasileiros (15,5%) vivenciando situação de fome

(IA grave) e 125 milhões de brasileiros (58,7%) com algum grau de IA (Rede Penssan, 2022).

O crescimento da pobreza, aliado à inflação dos preços dos alimentos, contribuíram para esse resultados e na acentuação das disparidade, com o agravamento da miséria em grupos sociais e regiões tradicionalmente mais afetados (pessoas pretas ou pardas, domicílios chefiados por mulheres, domicílios com crianças, regiões Norte e Nordeste) com destaque significativo dos domicílios de AGRIFAM/produtores rurais, com prevalência de IA grave em mais de 1/5 dessas habitações (Rede Penssan, 2022).

A inflação dos alimentos é apontada como um dos fatores que concorrem para a IA no Brasil, juntamente com a desarticulação de políticas eficazes. Este panorama é agravado pela situação de fome vivenciada por milhões de brasileiros, ressaltando a premência de medidas para lidar com a crise alimentar no país (Rede Penssan, 2022).

O relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), referente ao triênio entre os anos de 2019 e 2021, corroboram os dados da Rede Penssan, mostrando que nesse período o Brasil voltou ao mapa da fome, com 70,3 milhões de pessoas em estado de IA moderada e 21,1 milhões de pessoas em estado de IA grave (FAO, 2023). O relatório indica que os esforços globais para erradicar a fome até 2030 foram afetados pela pandemia, bem como pelas mudanças climáticas e pela crise econômica resultante. A subnutrição aumentou de 8,4% em 2019 para 9,9% em 2020, atingindo 811 milhões de pessoas, 161 milhões a mais do que em 2019. A IA moderada ou grave aumentou, indicando que cerca de um terço da população mundial enfrenta dificuldades de acesso à alimentação adequada em 2020. Mudanças climáticas e crises econômicas afetam diretamente os sistemas de segurança alimentar e nutricional (FAO, 2023).

Algumas medidas foram adotadas em todo mundo com o intuito de mitigar os efeitos da pandemia. Segundo o Ministério da Cidadania (2019-2022), foi anunciado que o Brasil juntamente com diversos outros países, adotou auxílio emergencial nos programas sociais para fortalecer a cadeia produtiva de alimentos e minimizar os danos decorrentes da crise econômica neste setor, o anúncio aconteceu durante a 50ª sessão do Comitê de Segurança Alimentar mundial em Roma, em outubro de 2022 (Ministério da Cidadania, 2022).

Contrariando o relato do antigo Ministério da Cidadania, algumas medidas adotadas pelo executivo federal, como o veto ao PL 823/21 que previa um auxílio emergencial específico para grupos de AGRIFAM durante o período de pandemia, foram prejudiciais ao setor. O veto abrangeu também a não prorrogação até o ano de 2022 de descontos, renegociação de dívidas dos produtores e flexibilização no crédito rural. O projeto de Lei também tinha como objetivo criar o Programa de Atendimento Emergencial à AGRIFAM, que seria gerido pela Conab e propunha comprar alimentos provenientes da AGRIFAM para doação a pessoas em situação de IA e nutricional.

A proposição de programa para apoio aos agricultores familiares pelo governo Bolsonaro só ocorreu para o ano de 2022, com a mudança de nome do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o Programa Alimenta Brasil. O PAA, criado em 2003, prestigiado desde então como o mais abrangente e principal programa de apoio à AGRIFAM por mais de 1 década, porém operava desde 2016-2017 com importante redução orçamentária, agravada com o esvaziamento de contratos no período de distanciamento social e fechamento de atividades presenciais na pandemia, situações que fragilizam a AGRIFAM e favoreceram contração e abandono dessas atividades por parte desse grupo (Fonseca, 2022).

Em Pernambuco, foi sancionada a Lei Estadual 16.888, de junho de 2020, que estabelece o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (Peaaf). Essa lei estabelece que ao menos 30% dos recursos destinados à aquisição de alimentos pelo estado sejam usados na compra de itens produzidos pela AGRIFAM e pescadores artesanais. Enquadram-se, ainda, nesta categoria, os artigos produzidos por criadores de animais, povos indígenas, comunidades quilombolas e beneficiários da reforma agrária (Lei N° 16.888/2020). Apesar da aprovação e sanção da lei ter sido uma vitória dos movimentos camponeses do estado, ela permaneceu sem regulamentação e implementação durante a pandemia, esvaziando seu propósito de apoio emergencial ao grupo naquele momento (Bezerra-Brasil de Fato, 2021).

2.4 Políticas públicas de apoio à AGRIFAM e SAN pós-pandemia.

No período pós pandemia e com novo governo Lula, em 2023, ações como a recriação do Consea, retomada do Programa Bolsa Família e do PAA, criação da Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome e o lançamento do Plano Brasil Sem Fome, juntamente com a integração de programas de vários ministérios representam esforços importantes, estabelecendo-se como meta tirar novamente o Brasil do mapa da fome, até 2030. Outras iniciativas como o Programa Nacional de Cozinhas Solidárias, o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades foram apresentados como esforço para consolidar o Plano Brasil Sem Fome. Esses fatos indicam mais uma vez ser esse um tema importante e relevante (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2023).

Na tentativa de dirimir algumas das dificuldades enfrentadas pelas associações de AGRIFAM, o estado de Pernambuco tem feito um forte investimento em políticas com o objetivo de fortalecer a AGRIFAM do estado. Esse segmento da agricultura é responsável por cerca de 70% do consumo que chega à mesa da população em todo o estado, movimentando cerca de R\$700 milhões por mês por meio do trabalho de 230 mil famílias no ano de 2023 (Governo de Pernambuco, 2023).

Além disso, existem programas específicos com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da AGRIFAM como o Programa de de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com Pernambuco ocupando a quarta posição entre os estados nordestinos de repasse do governo federal (cerca de 233 milhões em 2023) e o Programa Territorial da Agricultura Familiar (BRASIL,2023; SAMPAIO, 2020).

A Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), completou 20 anos em 2023. Por isso o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023) lançou o livro "Vinte anos de compras da agricultura familiar: um marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e

segurança alimentar no Brasil", que detalha as políticas do PAA, seu impacto positivo na renda dos agricultores familiares, produção de alimentos e economia local dentre outros desafios. A obra fala sobre a modalidade de compra com doação simultânea no PAA, onde o governo adquire alimentos da agricultura familiar e os destina a Orgs. Socioassistenciais, para que elas façam a doação desses insumos garantindo segurança alimentar às pessoas vulneráveis. Os autores concluíram uma avaliação bastante positiva do PAA, evidenciando sua relevância tangente a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de forma geral. E finaliza com para superar a insegurança alimentar, especialmente durante a pandemia da Covid-19

A Lei 11.974 de 16 de junho de 2009, também conhecida como a Lei de Alimentação Escolar, exige que 30% dos alimentos da merenda tenham origem de AGRIFAM. Nesse contexto, o Projeto de Lei 212/2022, ainda em tramitação no Senado Federal, propõe aumentar o percentual mínimo da Lei 11.974 de 30% para 50% (PL 212/2022), priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

No Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aparece como uma das estratégias sociais mais importantes para o desenvolvimento da AGRIFAM e promoção da inclusão econômica e social com produção sustentável de alimentos (VINHA, 2015). Esse desenvolvimento se dá por meio de parceria firmada com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). A Companhia Nacional de Abastecimento, Conab, possui a missão institucional de exercer um contínuo trabalho para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à AGRIFAM.

3 OBJETIVOS:

3.1 Objetivo Geral:

Avaliar o trabalho de associações de agricultura familiar e organizações socioassistenciais do estado de Pernambuco no contexto de aumento da fome durante a pandemia da Covid-19.

3.2 Objetivos Específicos:

- Investigar a diversidade e sustentabilidade de alimentos produzidos pelas associações de agricultura familiar e suas práticas de cultivo.
- Analisar as condições de trabalho em relação à infraestrutura, armazenamento, transporte, assistência técnica e presença de apoio às atividades das associações de AGRIFAM.
- Identificar os facilitadores/obstáculos no desenvolvimento das ações solidárias realizadas pelas organizações socioassistenciais.
- Analisar os tipos de doações realizadas pelas organizações socioassistenciais.
- Examinar a viabilidade das doações diante das dificuldades enfrentadas.
- Avaliar a participação das organizações socioassistenciais em iniciativas de segurança alimentar e nutricional.

4 METODOLOGIA

O estudo baseou-se nos dados de um levantamento realizado pela instituição Aliança pela Alimentação Saudável - Núcleo Pernambuco (AAAS-PE), com financiamento do Instituto Ibirapitanga. O levantamento consistiu em um inquérito destinado a examinar a estrutura, os processos de trabalho, as ações e as dificuldades de dois grupos: O primeiro grupo era composto por associações de AGRIFAM, enquanto o segundo agrupava Orgs. Socioassistenciais que estavam envolvidas na distribuição de alimentos/refeições para grupos vulneráveis.

Inicialmente, foi realizado um mapeamento dos grupos, com a seleção das amostras feita por conveniência. Foram mapeadas por indicações de especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional, por indicações das próprias entidades entrevistadas e outras por meio de pesquisas na internet. Após o mapeamento, as orgs. foram contatadas e convidadas a participar do estudo, onde foram detalhadas as etapas das entrevistas, informações a serem coletadas, e explicado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) com a petição da autorização do uso de dados.

A coleta de dados ocorreu entre setembro de 2021 e janeiro de 2022, por meio da aplicação de um questionário respondido por representantes das orgs. selecionadas durante entrevistas individuais virtuais. O questionário foi elaborado utilizando o google forms. Para o grupo 1 (AGRIFAM) foram compostas 12 perguntas que abordavam aspectos da produção de alimentos, incluindo tipos de alimentos produzidos, uso de pesticidas, práticas de produção orgânica, armazenamento, transporte, controle de qualidade e recursos humanos. Já o segundo questionário destinado ao grupo 2, abordou a identificação da entidade e seu tempo de atuação, em seguida, explorou perguntas detalhadamente sobre as atividades de apoio social, logística de trabalho, desafios enfrentados e fontes de apoio das entidades. Com perguntas específicas sobre doações de alimentos, parcerias, público atendido e logística de distribuição, o questionário proporcionou uma compreensão abrangente das operações e desafios enfrentados pelas entidades sociais

Ao todo, a mostra final continha representantes de 14 associações de AGRIFAM e 23 de Orgs. Socioassistenciais.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram divididos em dois grupos, sendo o primeiro relacionado ao inquérito realizado com as associações de AGRIFAM, e o segundo com relação às respostas obtidas pelas orgs. de doações de alimentos.

5.1 Associações de (AGRIFAM)

O primeiro grupo do estudo contou com a participação de 14 associações de AGRIFAM, totalizando 560 famílias que participaram das associações diretamente e 410 famílias indiretamente. Esses números destacam a relevância da AGRIFAM em Pernambuco como fonte significativa de alimentos e renda.

Observa-se na Figura 1, que mais de 93% das associações produzem uma variedade de alimentos básicos da dieta brasileira como aves, ovos, suínos, feijões, milho, frutas, hortaliças, legumes e tubérculos, de forma variada o que ajuda no cuidado com o solo, evitando a monocultura.

Dez das 14 orgs. relataram falta de assistência técnica e planejamento de produção, enquanto nove relataram uso de agrotóxicos. Apenas 5% das orgs. observadas adotam práticas de produção orgânica/agroecológica. A origem das sementes também é relevante, com 10 orgs. utilizando tanto sementes crioulas quanto transgênicas, o que mostra a necessidade de promover a conscientização e o acesso às sementes crioulas para a preservação da biodiversidade e a autonomia dos agricultores na produção de alimentos (OLIVEIRA, 2017).

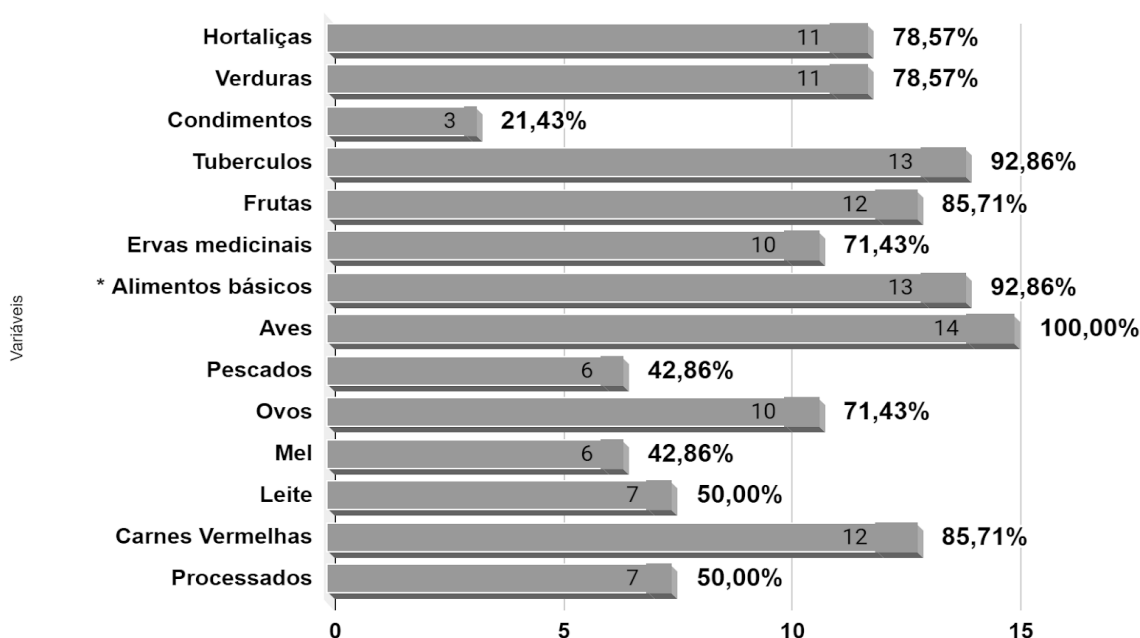
Pelos dados apresentados na Figura 2, menos de 8% das entidades possuem equipamentos e carros de transporte adequados, e menos da metade possui assistência técnica. Mais de 57% das entidades ainda utilizam-se de práticas como o comércio de mercadorias porta a porta e cerca de 78% dependem de auxílios financeiros ou créditos.

Nos dados da Tabela 2 também se observa que apenas 52% das entidades possuem local adequado para o armazenamento dos alimentos, o que faz com que a distribuição dos mesmos tenha que ocorrer com mais frequência. A infraestrutura para armazenamento e transporte dos produtos é crítica, apenas 5 orgs. possuem local específico para armazenamento e apenas uma que apresenta estrutura adequada no armazenamento. Essa falta de infraestrutura no armazenamento da

produção pode comprometer a qualidade dos alimentos in natura, gerar perdas da produção e dificultar o acesso a mercados mais distantes para os AGRIFAM (BATALHA, 2005). Investimentos nesse aspecto são necessários para melhorar as condições de trabalho e aumentar a eficiência da comercialização dos produtos (BATALHA, 2005).

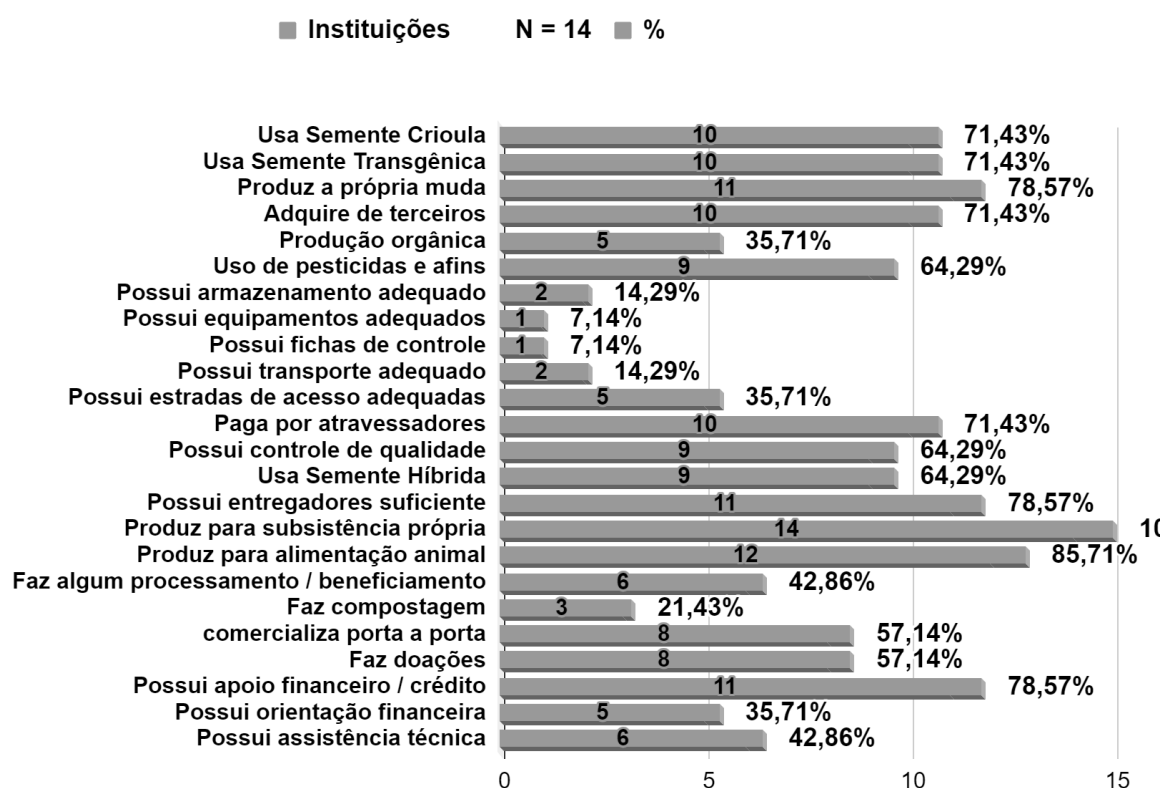
Apesar da importância destacada, as dificuldades enfrentadas pelas instituições são evidentes, e a maioria delas relataram que dependem de apoio financeiro para a sua subsistência. Ainda assim, o acesso ao crédito e apoio financeiro se mostrou limitado para 10 orgs. que ainda enfrentam desafios como suas margens de lucro estarem baixas e as burocracias para adquirir créditos bancários para investimentos e apenas 5 deles afirmaram receber algum tipo de orientação financeira. É fundamental que políticas públicas e programas de desenvolvimento rural ofereçam suporte financeiro adequado, simplifiquem os processos burocráticos e forneçam orientação para os AGRIFAM, permitindo que eles fortaleçam suas atividades econômicas de forma sustentável (Lourenzani, 2006).

Figura 1 – Tipos de alimentos que foram produzidos pelas associações de AGRIFAM em Pernambuco, Nordeste do Brasil, no contexto da pandemia de Covid-19.



Fonte: O autor. 2021/2022

Figura 2 - Distribuição percentual das práticas das associações de AGRIFAM no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil, no contexto da pandemia de Covid-19.



Fonte: O autor. 2021/2022

5.2 Organizações socioassistenciais

Cada uma das entidades relataram possuir apenas um dos seguintes facilitadores no desenvolvimento da ação solidária: produção com venda direta; infraestrutura; articulação com mídia e redes sociais, com a comunidade; apoio governamental e de orgs. e voluntários e profissionais engajados. O ponto facilitador em comum na maioria das entidades foi a existência de parcerias institucionais e de apoio financeiro na efetivação das ações solidárias, esse facilitador foi identificado em 20 organizações (89.9%). Isso sugere que as organizações dependem significativamente de apoio externo para suas operações. Esses achados corroboram com estudos anteriores que destacam a importância do apoio externo e presença de parcerias institucionais que podem ampliar os recursos disponíveis e fortalecer a capacidade de resposta das organizações diante das demandas emergentes das iniciativas sociais ao lidar com questões de segurança alimentar (CONSERVA, 2020).

Aproximadamente 56% das doações são feitas por meio de alimentações preparadas como sopas, cuscuz, refeições prontas etc, sendo que a refeição prioritária é o jantar, totalizando 43,5% das doações. Todas as organizações também distribuem doações por cestas básicas (Tabela 2).

É importante se destacar que, apesar das dificuldades mencionadas pelas entidades, relacionadas principalmente à logística, recursos humanos, transporte, planejamento, e recursos financeiros (Tabela 3), $\frac{2}{3}$ delas fazem doações há mais de 5 anos, mesmo com estruturas deficitárias, e mais de 56% delas apoiam a AGRIFAM (Tabela 1).

Cerca de 17,4% das instituições fazem as doações em até 15 dias, e cerca de 30,4% fazem dentro de 1 mês. Pela Tabela 2, apenas 04,3% das instituições utilizam a prática de doar de forma bimestral ou trimestral. Ainda assim, 26,1% das instituições informaram não ter um prazo fixo para atender o seu público e que dependem da chegada de novas doações para promoverem esses atendimentos. Percebe-se a importância da AGRIFAM também nas ações de doações de alimentos, uma vez que 78% das Orgs. Socioassistenciais recebiam alimentos dessa fonte (Tabela 2). Dessa forma, destaca-se a relevância desse tipo de agricultura para o enfrentamento da fome impulsionada no país, especialmente na região Nordeste, mesmo em período de falta de apoio e fragilidade dos agricultores familiares.

Como mostrado em Baccarin *et al* (2021), a inflação dos alimentos atinge principalmente a faixa da população com menor renda, uma vez que esse grupo de pessoas utiliza um maior percentual da sua renda com gastos na alimentação. Esse fato foi agravado durante o período da pandemia, quando houve aumento no desemprego de forma geral e queda na renda média da população. Dessa forma, as alternativas que foram mais utilizadas durante esse período foram a diminuição na quantidade de alimentos adquirida e a substituição de alimentos mais caros por outros mais baratos, o que muitas vezes ocorre com uma redução na qualidade nutricional.

No entanto, o custo elevado no preço dos alimentos pode impulsionar o aumento na oferta de suas matérias-primas com o intuito de direcionar uma redução no preço final dos alimentos. Dessa forma, políticas públicas com o objetivo de incentivar a produção agrícola são essenciais. Nesse contexto, a agricultura familiar ganha um papel de destaque devido também a ainda grande relevância que ela apresenta na oferta de gêneros alimentícios (Baccarin *et al*, 2021; Da Silva, 2008).

As consequências econômicas da pandemia de Covid-19 demonstraram que, durante os abrandamentos e crises econômicas, é fundamental manter as cadeias de abastecimento alimentar operacionais proporcionando ao mesmo tempo um apoio adequado aos meios de subsistência dos mais vulneráveis, garantindo a produção contínua e o acesso a alimentos nutritivos, incluindo através de programas reforçados de proteção social (DA SILVA, 2021).

Tabela 1 - Distribuição percentual do tempo de atuação das Orgs. Socioassistenciais no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil, no contexto da pandemia de Covid-19.

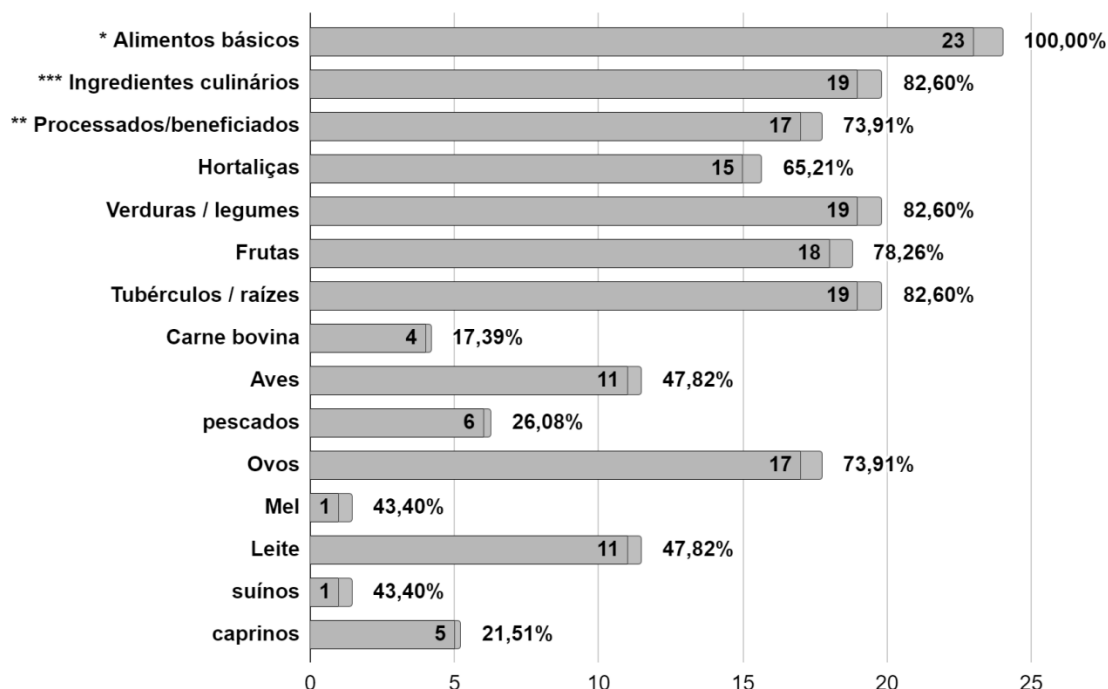
Variáveis	Instituições N = 23	%
Tempo em que fazem doações (anos)		
≤ 5	14	66,7
> 5	7	33,3
Apoiam a AGRIFAM		
Sim	13	56,5
Não	10	43,5

Tabela 2 - Distribuição percentual das práticas das organizações socioassistenciais familiar a pessoas em vulnerabilidade social no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil, no contexto da pandemia de Covid-19.

Variáveis	Instituições N = 23	%
Possuem local específico e adequado para armazenamento dos alimentos		
Sim	12	52,2%
Não	11	47,8%
Possuem controle de qualidade dos produtos recebidos para doar		
Sim	21	91,3%
Não	2	8,7%
frequência em que ocorrem as doações		
Mensal	7	30,4%
Quinzenal	4	17,4%
Depende chegada de doações	6	26,1%
Bimestral	1	4,3%
Diário	5	21,7%
Trimestral	1	4,3%
Semanal	4	17,4%
Possuem de parceria à realização da doação e/ou ação solidária		
Sim	20	87,0%
Não	3	13,0%
Forma de distribuição das doações:		
Alimentos crus (cestas básicas/ou outros alimentos)	23	100,0%
Refeições / preparações(sopa, cuscuz ...)	13	56,5%
Tipos de refeições prontas doadas		
café da manhã	3	13,0%
almoço	5	21,7%
jantar	10	43,5%
lanches	4	17,4%
Origem dos alimentos doados		
agricultura familiar	18	78,3%
grande / médios produtores	13	56,5%

*As entidades tinham a possibilidade de relatarem mais de um motivo. Fonte: O autor. (2021).

Figura 3 - Frequência em percentual dos tipos de alimentos que foram repassados às orgs. socioassistenciais para serem doados a pessoas em situação de vulnerabilidade social no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil, durante o período de pandemia de Covid-19.



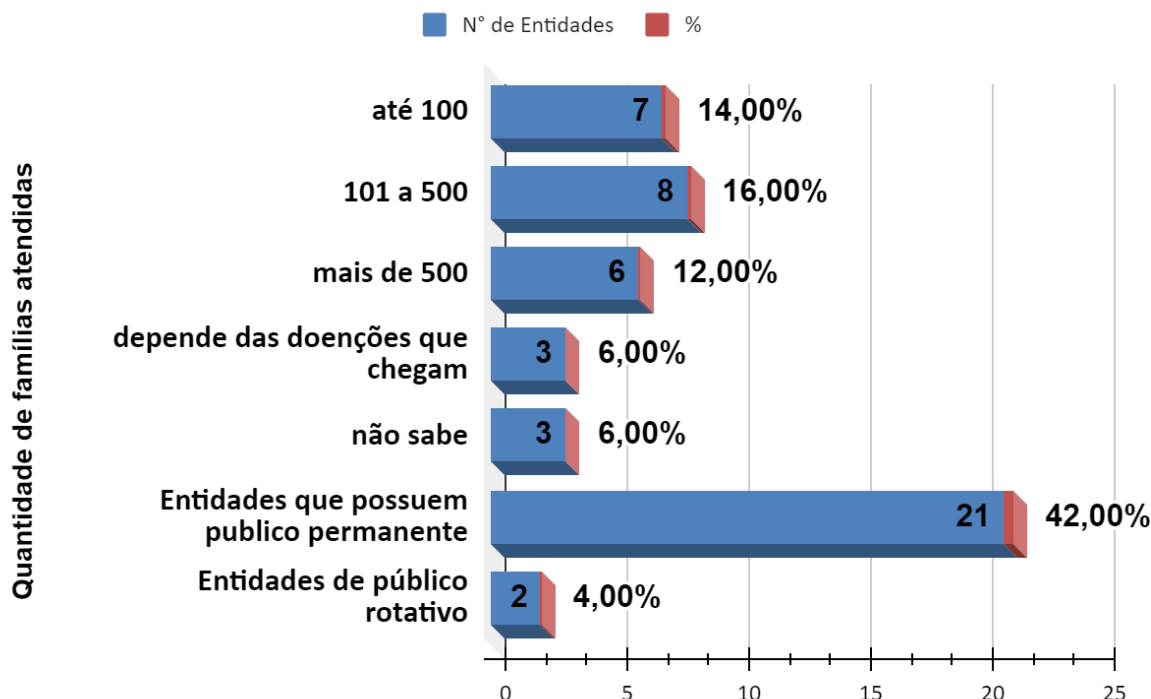
* Alimentos não perecíveis(feijão, arroz, cuscuz).

**Processados/beneficiados (enlatados, embalados, no vidro - conservas).

*** Ingredientes culinários (sal,açúcar, vinagre, óleos e gorduras).

**** As entidades tinham a possibilidade de relatarem mais de um motivo. Fonte: O autor. (2021)

Figura 4 - Quantidade de Famílias Atendidas por N° de Entidades / Quantidade de entidades que possuem público permanente no período de pandemia.



*As entidades escolheram a opção de faixa de famílias atendidas e a opção sobre públicos permanentes ou rotativos de forma cumulativa.

Tabela 3. Descrição das respostas abertas em relação aos desafios referentes às ações das Orgs. Socioassistenciais e a quantidade de orgs. que relataram.

Entidades N=23	DESAFIOS ENCONTRADOS NO DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO SOLIDÁRIA
7	Há falta de transporte ou logística na entrega de doações.
3	quantidade de mão de obra Insuficiente
2	Dificuldades no Planejamento e organização na execução das ações
2	Tempo para fazer a ação muito restrito
1	Não tem dificuldade
2	Poucas doações em relação à demanda.
1	Dificuldade no armazenamento das doações.
2	Problemas relacionados a apoio financeiro
1	A distância com os grandes centro urbanos
1	falta de apoio governamental diante das barreiras da pandemia de covid-19.
1	A descontinuidade das ações devido ao controle sanitário de isolamento social.
1	dificuldade no planejamento e realização de ações educativas

*As entidades tinham a possibilidade de relatarem mais de um desafio. Fonte: o autor 2020/2021.

Tabela 4. Descrição das respostas em relação aos desafios referentes aos motivos relacionados à efetivação das ações socioassistenciais desenvolvidas no período de Covid-19.

Entidades N=23	MOTIVOS MENCIONADOS EM RELAÇÃO À INSUFICIÊNCIA EM FONTES DE APOIO À EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES
1	Precisamos de uma sentença técnica constante
1	A pobreza é muito grande. O número de famílias necessitadas aumenta constantemente.
1	A demanda é grande e são poucas as doações. Às vezes as famílias chegam e a doação não chegou.
1	São esporádicas.
8	A fonte de apoio é suficiente para a demanda da instituição
1	A quantidade de pessoas para receber a doação é grande
1	A demanda de atendimento é muito grande e aumenta a cada dia.
1	A demanda de pessoas vulneráveis existentes.
1	Por ser recursos pontuais e não ter apoio pessoal (recursos humanos)
1	Ainda há muitas famílias em situação de fome.
1	Por serem parcerias voluntárias, doações esporádicas, falta de recursos permanentes e falta de apoio do governo municipal.
1	Porque o quantitativo de pessoas em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar é muito elevado.
1	Cada vez mais diminuindo as doações, mais até hoje Deus nunca deixou faltar
1	Os alimentos ainda são insuficientes frente à necessidade da comunidade.
1	Os preços aumentaram bastante dos produtos alimentícios, descartáveis e água. Sendo assim, realizamos todos os sábados e agora, estamos quinzenal, para que o recurso financeiro chegue até dezembro de 2022. Já estamos em campanha de captação de recursos.
1	A demanda é muita, a rede de apoio atende inúmeras outras instituições e pessoas.

* As entidades tinham a possibilidade de relatarem mais de um motivo. Fonte: O autor. 2020/2021

Tabela 5. Quantidades de Orgs. Socioassistenciais que relataram a fonte de apoio recebido referente à efetivação das ações socioassistenciais durante o período de Covid-19.

Entidades N=23	FONTES DE APOIO À EFETIVAÇÃO DAS DOAÇÕES E/OU AÇÕES SOLIDÁRIAS
1	As próprias famílias e a unidade recebedora atualmente a gestão municipal
1	Doação de pessoas da região, entidades, projetos, Diaconia, população da cidade.
1	Pessoas físicas
1	Doação de parceiros
1	Pessoas físicas e jurídicas (mercados, açougue e padaria)
1	Sesc, pessoas físicas, comerciantes (empresas) Prefeitura
1	Sindicato dos bancários, Arquidiocese, Rua do Bem, empresários, pessoas físicas
1	Grupo Cornélio Brennand (juntos pela Várzea), Empresas, pessoas físicas, amigos que residem no estrangeiro, Agroecológica da Várzea, Coletivos (coletivo de luta, CUFA, Tabela Brasil, Rede meu Recife). Arquidiocese de Olinda e Recife
1	Rádio, TV e alunos
1	Quem tem vontade tem metade - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior
1	Movimento do Bem Maior; os próprios agricultores familiares
1	Já respondido acima nas parcerias
1	Principalmente colaboradores civis
1	Amigos da Rede, Associadas, Escolas Estaduais, Agricultores, Empresas, donos de pequenos supermercados.
1	Os financiadores das cestas(Fundação Banco do Brasil, Fundação Itaú Social, Visão Mundial e Ministério do trabalho)
1	Voluntários
1	Doação das pessoas físicas, FNS, cáritas Brasileira, Paróquias, comércios, empresas locais, cáritas paroquiais
1	doações recebidas pela Fundação Terra
1	Não entendi
1	Organizações como a Misereor, AMU, Casa do Mundo e os cidadãos de Afogados da Ingazeira;
1	Mesmo dos parceiros
1	Pessoas físicas que conhecem o trabalho, nossa prestação de contas com o recurso financeiro recebido; Ampliar para mais pessoas doarem
1	Autônomos, instituições parceiras

*As entidades tinham a possibilidade de relatarem mais de um motivo. Fonte: O autor. 2020/2021

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fome e insegurança alimentar e nutricional são condições que atingem a humanidade na maioria dos países. Apesar dos esforços globais para erradicar essa situação, ela foi agravada durante o período de pandemia da Covid-19 que trouxe junto um cenário de grave crise econômica, intensificando assim a crise humanitária principalmente nos países mais pobres.

Para enfrentar essa crise foi indispensável a ação de Orgs. Socioassistenciais e de AGRIFAM da sociedade civil, que contribuíram para amenizar a situação de vulnerabilidade enfrentada pela população, especialmente a mais carente, em um contexto de desassistência e inoperância do poder público, em especial do governo federal. Apesar dos esforços conjuntos dessas organizações, a falta de estrutura e de apoio financeiro dessas instituições tornam as suas ações insuficientes para atender toda a população necessitada, tornando-as paliativas frente à necessidade real das famílias.

O levantamento realizado indicou deficiências básicas dessas entidades, como falta de equipamentos, transporte e armazenamento, limitando bastante as possibilidades de estratégias a serem executadas. O estudo mostrou também que, apesar da variedade de produtos e gêneros alimentícios trabalhados por essas orgs., a grande necessidade da população faz com que os alimentos componentes da cesta básica sejam os mais cultivados e distribuídos, seja em forma de refeições fornecidas ou seja na forma de doação das próprias cestas básicas. Esses alimentos são também os preferidos no cultivo de AGRIFAM, que por vezes veem em programas governamentais o destino de sua produção.

6.1 Trabalhos futuros

1. **Análise de Longo Prazo do Impacto das Ações:** Realizar um acompanhamento longitudinal das comunidades atendidas pelas Orgs. Socioassistenciais e de AGRIFAM, para compreender os efeitos das intervenções ao longo do tempo, especialmente após o período de emergência da pandemia.
2. **Estudo Comparativo entre Regiões:** Expandir a pesquisa para incluir outras regiões do Brasil e comparar as estratégias e eficácia das ações desenvolvidas por Orgs. Socioassistenciais e de AGRIFAM em contextos diversos, considerando diferenças socioeconômicas, culturais e geográficas.
3. **Avaliação da Sustentabilidade das Iniciativas:** Investigar a viabilidade e sustentabilidade das iniciativas implementadas pelas orgs., analisando sua capacidade de adaptação a longo prazo, dependência de recursos externos e resiliência diante de crises futuras.
4. **Estudo sobre Resiliência Comunitária:** Explorar os fatores que contribuem para a resiliência das comunidades em situação de vulnerabilidade, incluindo o papel das redes sociais, sistemas de apoio local e capacidades de mobilização coletiva para enfrentar crises alimentares.
5. **Aprofundamento nas Estratégias de Articulação:** Investigar as estratégias de articulação e colaboração entre orgs. da sociedade civil, governos locais, instituições de ensino e pesquisa, empresas e outros atores relevantes na promoção da segurança alimentar e desenvolvimento sustentável.
6. **Estudo sobre Inovações Tecnológicas:** Avaliar o potencial das tecnologias digitais, como aplicativos móveis, plataformas online e sistemas de informação geográfica, para otimizar a distribuição de alimentos, monitorar a segurança alimentar e fortalecer os sistemas de produção agrícola familiar.
7. **Análise de Políticas Públicas:** Analisar o papel das políticas públicas na promoção da segurança alimentar e no apoio às Orgs. Socioassistenciais e de AGRIFAM, identificando lacunas, desafios e oportunidades para aprimoramento das políticas e programas existentes.
8. **Estudo de Caso sobre Boas Práticas:** Investigar casos específicos de sucesso no enfrentamento da fome e promoção da segurança alimentar, destacando as estratégias, parcerias e inovações que contribuíram para resultados positivos e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ALEPE. Lei 16.888, de 3 de junho de 2020. Institui o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PEAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária. Pernambuco: Assembleia Legislativa, 2020. Disponível em: \<<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=16888&complemento=0&ano=2020&tipo=&url=>> Acesso em: 24 ago. 2022.
- ARAÚJO, D. A. P. S. Feira & sustentabilidade: O caso da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária em Macaé. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé. Disponível em: \<https://ppgciac.macaue.ufrj.br/images/DENISE_APARECIDA_PEREIRA_SILOTO_DE_ARA%C3%9AJO.pdf>.
- BACCARIN, José Giacomo; DE OLIVEIRA, Jonatan Alexandre. Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da COVID 19, continuidade e mudanças. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 28, p. e021002-e021002, 2021. Disponível em: \<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661127>> Acesso em: 22 ago 2022.
- BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, HM de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. Gestão Integrada da Agricultura Familiar. São Carlos (Brasil): EDUFSCAR, p. 43-66, 2005. Disponível em: \<https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/agroindustria/artigos/TECNOLOGIA%2520DE%2520GESTAO%2520E%2520AGRICULTURA%2520FAMILIAR.pdf&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=17740289008310902380&ei=zB7QZfi4M7DDy9YPzfW0sAl&scisig=AFWwaebvylxrfqP6SL7XRpXpTXr6>. Acesso em: 22 ago 2022.
- BRASIL. Câmara Legislativa, 2021. Vetada proposta que previa auxílio emergencial para agricultor familiar, Disponível em: \<<https://www.camara.leg.br/noticias/807907-vetada-proposta-que-previa-auxilio-emergencial-para-agricultor-familiar/>> publicado em 20/09/2021 - 13:20 Acesso em: 15/02/2024.
- BRASIL, LOAS; BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, p. 18769-18769, 1993. Disponível em: \<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm> Acesso em: 22 ago 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo, Seção 1. 17 de junho de 2009. Brasília, Distrito Federal – DF. 2009

disponível em:

\<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm\>.

BRASIL. Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1. Presidência da República, Brasília. Disponível em: \<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm\> Acesso em: 22 ago 2022.

Caseff, G. (2020) "Metade das organizações sociais brasileiras afirma ter dificuldades para se manter após a pandemia - 07/12/2020 - Empreendedor Social - Folha (uol.com.br)". Acesso em: 15.dez.2020 às 12h00.

Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 109 p. Disponível em: \<<https://bit.ly/3ktX4Js>\>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CONSERVA, 2019. Marinalva. Gestão da política de assistência social: o papel das instâncias estaduais na vigilância Socioassistencial. 2019. Disponível em: \<https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-231926-36072-2019-04-07.pdf&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsgb-gga&ct=res&cd=2&d=14034406810576275462&ei=mRDSZcWYJlrGy9YPu-KqkA0&scisig=AFWwaeaUGIWATL0XNmVRmSSGUGr8\>.

CORRÊA, Marcia Leopoldina Montanari et al. Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso, Brasil. Saúde em Debate, v. 43, p. 1070-1083, 2020. Disponível em: \<<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/pcPNxVvk4pJxVzxmRxCMnPVL/?format=html&lang=pt>\>.

CRUZ, D. K. A. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as fontes de dados para o monitoramento das metas no Brasil. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 31, n. spe1, p. e20211047, 2022. Disponível em: \<<https://www.scielo.br/j/ress/a/X6fCx5KZxNwsx69xttRBpPy/#>\> Acesso em: 30 mar. 2020.

DALTOE, Luciane Maria; DEMOLINER, Fernanda. COVID-19: nutrição e comportamento alimentar no contexto da pandemia. Perspectiva: Ciência e Saúde, v. 5, n. 2, 2020. disponível em: \<<http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/perspectiva/article/view/510>\> Acesso em: 30 mar. 2020.

DA SILVA, Ana Gabriella Costa Lemos et al. Impacto da COVID-19 na Segurança Alimentar e Nutricional: desafios e estratégias emergentes. Research, Society and Development, v. 10, n. 13, p. e74101320894-e74101320894, 2021. Disponível em: \<https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/20894/18676&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsgb-gga&ct=res&cd=0&d=13355147411579972926&ei=2kPRZby8OuiMy9YPxMmv-AQ&scisig=AFWwaebJQ0x-F51aKURm1Mc-o7I2\>.

DA SILVA, José Graziano; TAVARES, Lucas. Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios. Segurança alimentar e nutricional,

v. 15, n. 1, p. 62-75, 2008. disponível em:

\<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1825>\> Acesso em: 30 mar. 2020.

DE CASTRO, Josué; BRANCO, J. Carvalho. Geografia da fome. Casa do Estudante do Brasil, 1952. Disponível em:

\<https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://www.academia.edu/download/46278825/Jos_e_de_Castro_-_Geografia_da_Fome-348P.pdf&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=13915036853228245349&ei=r0LRZd-6H9ysy9YPmPfzwAQ&scisig=AFWwaeZysK9OfScu7BEBBvIKT5XW\>

DOS SANTOS, Maria de Fátima Souza et al. Vitamina D durante a pandemia da covid-19: mudanças dos hábitos alimentares. Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria, v. 24, n. 3, 2020. disponível em:

\<<https://revneuropsiq.com.br/rbnp/article/view/718>\> Acesso em: 30 mar. 2020.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021: Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome: FAO, 2021. DOI: 10.4060/cb4474en Disponível em: \<<https://doi.org/10.4060/cb4474en>\> Acesso em: 30 mar. 2020.

FONSECA, Mariana Brito da. Desmantelamento da agricultura familiar e insegurança alimentar: quais foram as principais estratégias do desmonte do programa de aquisição de alimentos (PAA)?(2011–2022). 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em:

\<https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/50290/1/DISSENTA%25C3%2587%25C3%2583O%2520Mariana%2520Brito%2520da%2520Fonseca.pdf&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=15452567396078050443&ei=nvTQZb-pEsCOy9YPzfW0sAI&scisig=AFWwaeYymTSImJkqJo2wJpjFVG19\>.

LEAL, Vanessa Sá et al. Atlas da situação alimentar e nutricional em Pernambuco: volume 2. 2022. disponível em:

\<<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/44441>\>. Acesso em: 30 maio. 2020.

LOURENZANI, Wagner Luiz. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 8, n. 3, p. 313-322, 2006. Disponível em:

\<<https://www.redalyc.org/pdf/878/87880303.pdf>\>

MEDEIROS, Monique et al. Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural: os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico em campo. 2017. Disponível em:

\<https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185604/PAGR0399-T.pdf%3Fsequence%3D-1&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=5367667917198577763&ei=4xTSZYP3LbDDy9YPzfW0sAI&scisig=AFWwaealHfJm50CXLbwYrGxXvxi_\>.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, “Brasil apresenta ações de combate à fome e à pobreza durante 50ª sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial” BRASIL, ,

disponível em:

\<<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-apresenta-acoes-de-combate-a-fome-e-a-pobreza-durante-50a-sessao-do-comite-de-seguranca-alimentar-mundial>\> último acesso em: 13/02/2024 15h41.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS, “Em 2023, Brasil abraça novamente luta contra a fome e expande ações de combate à insegurança alimentar” BRASIL, disponível em:

\<<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-apresenta-acoes-de-combate-a-fome-e-a-pobreza-durante-50a-sessao-do-comite-de-seguranca-alimentar-mundial>\>. Acesso em: 13/02/2024 15h41.

OLIVEIRA, Patrícia Garcia de. O uso das sementes crioulas para o desenvolvimento rural da cidade de Canguçu. 2017. disponível em:

\<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180314/001066770.pdf?sequencia=1>\>. Acesso em: 13/02/2024 16:04

OLIVEIRA, Laíse Villarim et al. Modificações dos hábitos alimentares relacionados à pandemia do Covid-19: uma revisão de literatura. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 2, p. 8464-8477, 2021. disponível em:

\<<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/28287>\> Acesso em: 13/02/2024 16:04

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE et al. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2022: Reorientar as políticas alimentares e agrícolas para tornar as dietas saudáveis mais acessíveis . Organização de Alimentação e Agricultura, 2022. disponível em \<<https://data.unicef.org/resources/sofi-2021/>\> Acesso em: 13/02/2024 16:04

PEIXOTO, Marcus. Assistência Técnica e Extensão Rural: grandes deficiências ainda persistem. Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário, p. 323-338, 2020. disponível em:

\<https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil_cap23.pdf\>. Acesso em: 13/02/2024 16:04

PERNAMBUCO. Diário de Pernambuco. Pernambuco aposta na agricultura familiar disponível em:

\<<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2023/10/pernambuco-aposta-na-agricultura-familiar.html>\> Publicado em: 09/10/2023 10:27 | Atualizado em: 09/10/2023 10:43 Acesso em: 13/02/2024 16:04

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo, 2022. Disponível em:

\<<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>\> Acesso em: 1 jul. 2022.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 3421-3430, 2020. disponível em

\<<https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/>> Acesso em: 13/02/2024 16:04

SAMPAIO, Yoni de Sá Barreto; VITAL, Tales Wanderley. Agricultura Familiar em Pernambuco: o que diz o Censo Agropecuário de 2017. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 51, p. 155-171, 2020. Disponível em:

\<http://www.decon.ufrpe.br/sites/ww4.deinfo.ufrpe.br/files/artigo.agricultura.familiar.r en_.banco_.nordeste.pdf> Acesso em: 13/02/2024 16:04

SILVA, Catarine Santos da et al. Situação de insegurança alimentar em domicílios de Pernambuco, Região Nordeste do Brasil: contribuições para discussão da violação do direito à alimentação. *Saúde e Sociedade*, v. 31, 2022. Disponível em:

\<<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/MJNKgg3CTPMLt8DMm3RwjQH/?lang=pt#>> Acesso em: 13/02/2024 16:04

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIAVINATTO, Monica. SOBERANIA ALIMENTAR E TERRITÓRIOS CAMPONESES: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)(Food sovereignty and peasants territories: an analysis of the Food Acquisition Program (FAP)). *Revista Nera*, n. 26, p. 183-203, 2015. Disponível em:

\<https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://revistas.unesp.br/index.php/nera/article/download/1342/1095&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=17310635087006565795&ei=WFTSZZz3LbDny9YPzfW0sAI&scisig=AFWwaeZffNIBeuc5jKCVoGyNZABkrqLWjQ> Acesso em: 13/02/2024 16:04.

ANEXOS

Anexo 1. Questionário aplicado nas entrevistas aos representantes de orgs. de agricultura familiar

Identificação:

- Nome da Organização:

- Endereço da organização: (Av/Rua e número)

Bairro: CEP: Município: Telefone para contato: E-mail:

Tempo de atuação da organização:

- 1 - Município(s) que atua:
- 2 - Outro(s) grupo(s) produtivo(s) faz(em) parte da organização além de agricultores: Se sim, qual(is)?
- 3 - Quantas famílias fazem parte diretamente da organização?
- 4 - Quantas famílias fazem parte indiretamente da organização?
- 5 - Quais os tipos de alimentos que são produzidos? Grãos Produtos de origem animal [Carnes vermelhas]
Processados/beneficiados
- 6- Quanto à logística de trabalho (do planejamento da produção à entrega dos alimentos): Existe planejamento da produção? Se sim, como? Se não, por qual motivo?
 - 6.1 - Referente a produção?
 - 6.1.1 - Faz uso de algum veneno / defensivo / agrotóxico? Qual?
 - 6.1.2 - Qual semente utiliza? 6.1.3 - Qual a origem das mudas?
 - 6.1.4 - A produção orgânica / agroecológica?
 - 6.2 - Referente ao Armazenamento: existe local específico para armazenamento? Se sim: são suficientes? Se não: são necessários?
 - 6.2.1 - Existe estrutura física (máquinas e equipamentos) para o armazenamento? Se sim: são suficientes? Se não: são necessários?
 - 6.2.2 - Existem fichas de controle de estoque?
 - 6.3 - Quanto ao Transporte: existe carro adequado para o transporte?
 - 6.3.1 - As estradas de acesso são adequadas? 6.3.2 - Existem despesas com frete?
 - 6.4 - Em relação a entrega: Existe controle de qualidade dos produtos entregues?
 - 6.4.1 - Existem fichas de controle de entrega (recibo, romaneio, notas de entrega)?
 - 6.4.2 - Existe pessoal suficiente para entrega?
- 7 - O que ajuda nas atividades dos/as agricultores/as da organização?
- 8 - O que atrapalha as atividades dos/as agricultores/as da organização?
- 9 - Qual o destino da produção dos alimentos dos/as agricultores/as da organização? Comercialização [Feiras] Comercialização [Grupo consumo] Comercialização [PAA/PNAE] Comercialização [Mercado diverso (atacadista/varejista)] Doações: Se sim, para quem são feitas?
- 10 - Possui apoio financeiro / crédito?
 - 10.1 - Se sim, quais formas de apoio financeiro / crédito?
 - 10.2 - Se não, quais os motivos / dificuldades?
- 11 - Possui orientação financeira?
 - 11.1 - Se sim, de quem recebeu orientação(áreas)?
 - 11.1.1 - Durante quanto tempo?
 - 11.2 - Se não, quais os motivos / dificuldades?
 - 11.2.1 - Houve superação dessa(s) dificuldade(s)?
 - 11.2.2 - De que forma?
- 12 - Possui assistência técnica?
 - 12.1 - Se sim, quem apoia?
 - 12.1.1 - De que forma?
 - 12.2 - Se não, quais os motivos / dificuldades?
 - 12.2.1 - Houve superação dessa(s) dificuldade(s)?
 - 12.2.2 - De que forma?

ANEXO 2. Questionário aplicado durante as entrevistas às Orgs. Socioassistenciais

IDENTIFICAÇÃO:

Nome da Entidade / Organização:

Endereço da entidade / organização: (Av/Rua e número)

Bairro: CEP: Município: Telefone para contato: E-mail:

Tempo de atuação:

- 1 - Qual a missão da entidade?
- 2 - Qual o público atendido pela entidade de acordo com sua missão?
- 3 - Quantas famílias fazem parte diretamente da entidade?
- 4 - Quantas famílias fazem parte indiretamente da entidade?
- 5 - A entidade apoia grupos de agricultores familiares?
- 5.1 - Se sim, quantos grupos de agricultores familiares são apoiados / acompanhados pela entidade?
- 6 - A entidade fez / faz ação solidária (doação de alimentos)?
- 6.1 - Se sim, desde quando faz as doações?
- 6.2 - Quais as cidades e pontos de distribuição?
- 6.3 - Quais os endereços dos pontos de distribuição?
- 6.4 - De que forma ocorrem as doações?
- 6.5 - Quais os tipos de alimentos que são doados?
- Produtos perecíveis (in natura ou minimamente processados, como resfriados ou congelados) de origem vegetal:
- Produtos perecíveis (in natura ou minimamente processados, como resfriados ou congelados) de origem animal:
- Carnes vermelhas:
- 7 - Forma de distribuição:
- 7.1 - Se for refeições, que tipo?
- 7.2 - Qual a fonte dos alimentos doados?
- 7.3 - Se da agricultura familiar?
- 8 - Quanto a logística de trabalho (do planejamento da produção à entrega dos alimentos). Existe local específico para armazenamento?
- 8.1 - Existe controle de qualidade dos produtos recebidos para doar?
- 9 - Com que frequência ocorrem as doações?
- 10 - Existe parceria para realização da doação e/ou ação solidária?
- 10.1 - Se sim, quais?
- 10.2 - Se não, por qual motivo?
- 11 - Cerca de quantas pessoas / famílias são atendidas a cada doação?
- 12 - Existe público específico atendido nas doações?
- 12.1 - Se sim, qual(is)?
- 12.2 - Se não, por qual motivo?
- 13 - O público atendido é permanente?
- 13.1 - Se sim, é desenvolvida alguma orientação em relação à saúde e alimentação? 13.1.1 - Quais?
- 14 - Existem outras atividades de apoio social? enumeração das entidades de apoio a pessoas em vulnerabilidade social
- 14.1 - Se sim, quais?
- 15 - Quais os facilitadores no desenvolvimento da ação solidária?
- 16 - Quais as dificuldades no desenvolvimento da ação solidária?
- 17 - Quais as fontes de apoio à efetivação das doações e/ou ações solidárias?
- 18 - As fontes de apoio são suficientes à efetivação das doações e/ou ações solidárias?
- 18.1 - Se não, por qual motivo?

ANEXO 3 - Termo de consentimento livre e esclarecido - coleta de dados virtual

PROJETO IBIRAPITANGA / ALIANÇA

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como objetivo realizar o mapeamento e o registro de ações solidárias destinadas às pessoas em situação de fome no estado, através do Núcleo Pernambuco da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável <https://alimentacaosaudavel.org.br/a-alianca/quem-somos/>, que reúne organizações da sociedade civil, defendendo o interesse público e privado para desenvolvimento e fortalecimento de ações coletivas que contribuam para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), onde somos pesquisadores colaboradores.

Ao clicar em continuar, você concorda em responder um questionário com perguntas que englobam, os tipos de alimentos que são produzidos e/ou doados, a logística de trabalho, as fontes e formas de financiamento, o que ajuda e o que atrapalha no desenvolvimento do trabalho.

A partir do levantamento das respostas que tivermos; faremos o mapeamento e a análise para organizar um portfólio, onde divulgaremos os projetos, iniciativas e ações solidárias selecionadas com as respectivas lideranças, onde usaremos as informações colhidas juntos aos órgãos públicos do executivo e do legislativo no âmbito estadual e municipal, bem como as entidades do setor privado que atuam com os princípios da Aliança, com vistas a conseguir apoio para o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos das compras da agricultura familiar para serem doadas às pessoas em situação de fome.

Também participam desta pesquisa os pesquisadores: Sabrina Firmino de Melo Telefones para contato: (819) 94513317) sob a orientação de: Fernanda Cristina de Lima Pinto Tavares. e-mail fernanda.lpinto@ufpe.br

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos foram dados e você concordou em participar desse estudo, pedimos que assinale a opção de “Aceitar participar da pesquisa” no final desse termo.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- ❑ Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação:** A partir do levantamento das respostas que tivermos; faremos o mapeamento e a análise para organizar um portfólio, onde divulgaremos os projetos, iniciativas e ações solidárias selecionadas com as respectivas lideranças, onde usaremos as informações colhidas juntos aos órgãos públicos do executivo e do legislativo no âmbito estadual e municipal, bem como as entidades do setor privado que atuam com os princípios da Aliança, com vistas a conseguir apoio para o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos das compras da agricultura familiar para serem doadas às pessoas em situação de fome.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da professora Fernanda Cristina de Lima Pinto Tavares, no endereço Departamento de Nutrição, UFPE, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br**

(Assinatura do Pesquisador)

ANEXO 4 - Consentimento da participação da pessoa como voluntário (a)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo ENFRENTAMENTO DA FOME DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UM PERFIL DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS POR ORGANIZAÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS E DE AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

() Aceito Participar da pesquisa

() Não aceito participar da pesquisa

ANEXO 5 - Carta de Anuência de dados



AUTORIZAÇÃO DE USO DE ARQUIVOS/DADOS DE PESQUISA

Declaramos para os devidos fins, que cederemos à pesquisadora **Sabrina Firmino de Melo**, o acesso às fichas e banco de informações de Organizações de Agricultura Familiar sob nossa responsabilidade para serem utilizados na pesquisa: *"Enfrentamento da fome durante a pandemia de COVID-19: Um perfil das ações desenvolvidas por organizações socioassistenciais e de agricultura familiar no estado de Pernambuco"*, que está sob a orientação da Profa. **Fernanda Cristina de Lima Pinto Tavares**.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento, pela pesquisadora, dos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se a mesma a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo das informações e garantindo que estas não sejam usadas para outras finalidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Rio de Janeiro, em 20/ 02/ 2024.

Inês Rugani Ribeiro de Castro
Núcleo Gestor
Aliança pela Alimentação Saudável e Adequada



 @alimculturalisaca

 aliancapesa.alimculturalisaca

 @alimculturalisaca

 aliancapesa.alimculturalisaca